

ATUALIDADE DO PENSAMENTO CRÍTICO DE CELSO FURTADO

RODRIGO MEDEIROS¹

Resumo: Este artigo discute a atualidade do pensamento crítico de Celso Furtado a partir de uma brevíssima incursão no clássico debate cepalino das décadas de 1950-60. Na década brasileira do liberalismo de 1990, as restrições externas ao crescimento econômico, as desigualdades socioeconômicas e o intervencionismo estatal, legitimado por um projeto de desenvolvimento nacional que buscasse construir um sistema econômico nacional dinâmico e auto-sustentado, foram temas que ficaram de fora do grande debate. A ocultação das teses críticas cepalinas não foi obra de um episódio estritamente acadêmico. O clássico *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado é um texto balizador deste artigo.

Palavras-chave: desigualdades socioeconômicas; intervencionismo estatal; projeto de desenvolvimento nacional; teses críticas cepalinas.

Abstract: This paper discusses the critical thought of Celso Furtado. The ECLAC's critical thought of the decades of 1950-60 is taken into account. In the liberal Brazilian decade of the 1990, the external restrictions to the economic growth, the social inequalities and the state interventionism, legitimated for a project of national development able to construct a dynamic and auto-supported national economic system, had been subjects that were excluded from the great debate. The occultation of the ECLAC's critical thesis was not a strictly academic episode. The classical *Formação econômica do Brasil* by Celso Furtado is a central text for this article.

Keywords: ECLAC's critical thought; social inequalities; state interventionism; project of national development.

¹ Doutorando do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, Mestre pelo Instituto de Matemática da UFRJ, cursou a Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ, Engenheiro pela PUC-Rio.

Introdução

Discutir o tema desenvolvimento, que significa aumento do nível de vida coletivo de uma sociedade, nunca foi uma tarefa simples no Brasil. Na década de 1950, quando houve o debate sobre Brasília, a Nação viveu um período intenso de construção político-democrática e de efervescência intelectual. A história do Brasil tem um período extraordinariamente significativo, que se estende de Getúlio Vargas (1930) até 1964. Tratou-se de uma época de ebulição política e intelectual, pois o País se industrializava, se transformava, incorporando massas à sociedade moderna. Grande parte disso veio abaixo, não porque a economia brasileira deixou de crescer. Ao contrário, houve anos posteriores a 1964 em que o Brasil cresceu ainda mais. No entanto, houve mudança no estilo de desenvolvimento e desapareceram as forças sociais democráticas que estavam anteriormente presentes.

Na última década, sob a influência do Consenso de Washington (1989) – desregulamentação, privatização e Estado mínimo –, no Brasil, como na América Latina, foram descartadas e denominadas de anacrônicas pelas elites liberal-internacionalistas locais todas as teses desenvolvimentistas do clássico debate latino-americano das décadas de 1950 e 1960. As restrições externas ao crescimento econômico, as desigualdades socioeconômicas e o intervencionismo estatal, legitimado por um projeto de desenvolvimento nacional, que buscasse construir um sistema econômico nacional dinâmico e auto-sustentado, foram temas que ficaram de fora do grande debate dos anos 90. A ocultação das teses críticas cepalinas não foi obra de um episódio estritamente acadêmico, nem se deveu a prova de superioridade da teoria neoclássica.

A eleição presidencial de 2002 marca, de certa forma, no Brasil, a retomada da idéia de projeto democrático nacional de desenvolvimento. O Estado Nacional volta a ser mencionado como o agente central do desenvolvimento brasileiro. Todos os quatro principais candidatos recusaram em suas retóricas de campanha o modelo adotado na

década de 1990: “mercados são bondes condutores da prosperidade, deixem que eles funcionem livremente!” Não é necessário divagar muito para ver que o agravamento da questão social no Brasil traz riscos à ordem democrática. A precarização das relações de trabalho (o desemprego e o subemprego), o aumento da violência e a ausência de perspectivas dos jovens são fatores que geram instabilidade social.

Neste artigo, pretende-se fazer uma releitura do pensamento crítico de Celso Furtado, identificando o quanto este pode oferecer em termos de lições e subsídios ao contexto atual, levantando questões e reflexões sobre o tema desenvolvimento.

O pensamento crítico latino-americano

Compreender a realidade brasileira exige uma reflexão histórica que busque relacionar diversos campos dos saberes. Os debates da Comissão Econômica para América Latina e Caribe nas décadas de 1950 e 1960 buscavam refletir sobre os problemas econômicos regionais a partir de uma crítica histórica às relações de colonialismo impostas pelo centro da economia capitalista à periferia (Bielschowsky, 2000; Fiori, 2001; Santos, 2000).

Sob a liderança do Dr. Raúl Prebisch, responsável pela formulação do conceito centro-periferia, acompanhada pelo Professor Celso Furtado, que teorizou sobre o subdesenvolvimento, a CEPAL influenciou enormemente os rumos dos debates na América Latina. Tratou-se de uma época rica do pensamento crítico latino-americano, na qual muitas pessoas buscavam refletir sobre a realidade da região. Esses intelectuais chegaram às seguintes constatações na época:

- a) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados.
- b) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista.

c) A dependência decorrente da relação centro-periferia não é só um fenômeno externo, pois ela também se manifesta através de diferentes fatores interligados na estrutura interna de um país (econômica, ideológica, cultural e política).

De certo modo, o estruturalismo cepalino compartilhou com o nacionalismo alemão, em especial com Friedrich List, o papel do Estado na industrialização e na condução do processo de construção de um sistema econômico nacional integrado capaz de se auto-reproduzir de forma relativamente endógena, pela interação virtuosa entre agricultura e indústria, somando incentivo estatal ao desenvolvimento tecnológico. O Estado é o agente que deve liderar o processo de construção de um sistema econômico nacional dinâmico que priorize o desenvolvimento das forças produtivas. As grandes novidades teóricas inauguradas por Raúl Prebisch e Celso Furtado foram sistematizadas a partir dos seguintes aspectos: do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global; da crítica da teoria do comércio internacional da economia neoclássica; e da visão hierárquica das relações comerciais entre o centro e a periferia do sistema econômico mundial.

Os pensadores cepalinos clássicos colocavam o Estado Nacional como agente central para a superação do subdesenvolvimento pelo planejamento de um sistema econômico nacional dinâmico e auto-sustentado. Remover os pontos de estrangulamento para o desenvolvimento das forças produtivas, planejar a oferta de energia necessária à vida nacional e arquitetar um sistema de transportes eficiente são algumas dentre as muitas funções de um Estado Nacional democrático. Não se deve perder de vista que o setor produtivo estatal, em uma nação periférica e de industrialização tardia, funciona como um provedor de externalidades positivas para o setor privado.

A questão socioeconômica latino-americana não era discutida unicamente a partir do grau de integração/inserção das economias locais no comércio internacional. O que importava era a qualidade e a natureza da interação com os países centrais, detentores de mercados eficientes, maduros e geradores de padrões de consumo. Historicamente, a constatação era de que a América Latina já estivera plenamente integrada ao comércio mundial durante o

período colonial e isto pouco resultou em desenvolvimento socioeconômico da região. O que pode estar mais integrado ao comércio internacional do que economias que exportavam praticamente o total de produtos primários produzidos para atender às demandas do exterior? Outra constatação era a seguinte: o projeto de modernização-dependente, conduzido historicamente pelas elites liberal-internacionalistas latino-americanas, utilizou-se do excedente econômico gerado pela exportação de produtos primários para importar produtos trabalhados (manufaturados), sustentando hábitos de consumo destas mesmas elites similares aos dos países centrais. A cópia cega dos padrões de consumo nos países periféricos, no molde dos países centrais, dificultou o seu processo de desenvolvimento, pois desestimulou a poupança interna e obstruiu, em grande parte, a acumulação de capital a ser direcionada para os processos produtivos locais. O distanciamento entre elites liberal-internacionalistas, concentradoras de renda e reflexas, e povo constitui herança do processo de colonização que procurou concentrar os benefícios do progresso e induziu um baixo investimento social na população.

Após os fracassos das políticas econômicas de corte liberal na América Latina nos últimos anos, os debates oriundos do período clássico da CEPAL se fazem presentes, pois já se constata que as grandes potências não pretendem globalizar os balanços de pagamentos, as dívidas públicas e nem a pobreza da periferia do sistema economia-mundo. A realidade é que diversas economias nacionais periféricas foram sendo polarizadas economicamente nos últimos anos (UNCTAD, 1997; 2003). A difusão do comércio e do investimento direto estrangeiro não esconde o aumento brutal da concentração do capital e do progresso técnico. As nações ricas convergiram para a prosperidade, enquanto que muitos países periféricos, que aderiram a retórica do livre comércio, convergiram para a pobreza, afastando-se do centro do sistema economia-mundo em termos de nível de vida. Em síntese, as nações que creditam suas esperanças de desenvolvimento no livre jogo das forças de mercado tendem, em geral, a se distanciar sócio-economicamente em relação ao centro do sistema economia-mundo.

Nas décadas de 1950-60, os debates decorrentes dos trabalhos da CEPAL buscavam, acima de tudo, formular uma base de conhecimentos construídos localmente/regionalmente, ou seja, eles objetivavam fazer com que os latino-americanos pensassem com as próprias cabeças, ao invés de aceitarem passivamente, sem uma reflexão crítica, fórmulas prontas e não-neutras que refletiam e legitimavam interesses bem definidos.

Um clássico: Formação econômica do Brasil

Em 1959, ano em que o governo Juscelino Kubitschek (1956-61) rompia com o Fundo Monetário Internacional, Furtado apresentava a obra prima do estruturalismo no Brasil. *Formação econômica do Brasil* foi uma obra que buscou descrever a evolução econômica brasileira a partir da inserção de regiões do território na dinâmica do comércio internacional. Os ciclos das atividades primário-exportadoras - o extrativismo, a cana-de-açúcar, o ouro e o café – podiam ser mais profundamente analisados desta forma, pois deixava-se de lado os preconceitos de crenças fatalistas e passava-se a encarar a especialização econômica como fator de inserção internacional e desenvolvimento.

As propostas econômicas liberais de livre comércio aparecem neste texto clássico como a ideologia vendida pelo centro do sistema economia-mundo, em especial pela nação hegemônica, em cada momento da História. Os fatos históricos são irrefutáveis, pois quando os países centrais estavam em processo de desenvolvimento, eles não implementaram, e em muitos casos ainda se recusam a implementar no presente, as políticas econômicas liberais que recomendam aos países periféricos. Para citar apenas um exemplo: o tratado de Methuen (1703), que criava uma situação de privilégio para os vinhos portugueses no mercado inglês, significou, afirma Furtado (2003, p.40), a renúncia por parte de Portugal “a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil”. Caberia ao Marquês de Pombal sentir o quanto a Inglaterra havia reduzido Portugal a uma situação de dependência, conquistando o Reino sem a necessidade de uma vitória militar.

A competição interestatal pela acumulação econômica é um fato histórico e, portanto, faz parte do jogo de poder no Concerto das Nações. O deslocamento das atividades econômicas nacionais primárias para produtos e serviços de mais alto valor agregado não ocorre naturalmente. As políticas industriais, comerciais e tecnológicas fazem parte do instrumental utilizado historicamente pelos países centrais para se desenvolverem e se relacionarem com o estrangeiro. Pode-se também notar historicamente que diversos modelos/arranjos de cooperação entre instituições públicas e privadas nacionais revelaram-se capazes de estruturar processos de desenvolvimento socioeconômico, conduzindo países da periferia para o centro do sistema economia-mundo. A aliança entre Estado Nacional e seus capitais privados ainda continua impulsionando transformações na ordem econômica mundial. A História não terminou.

No Brasil, as elites liberal-internacionalistas locais não se cansam de louvar as virtudes do modelo anglo-americano. As raízes históricas e culturais de um país, no entanto, não podem ser varridas facilmente, pois o que está em jogo são os princípios organizadores do seu corpo político: uma sociedade baseada no pacto, Anglo-América, em contraste com uma sociedade orgânica, Ibero-América, um princípio nivelador ou individualista em contraste com um princípio arquitetônico (Morse, 1989). No Brasil do século XIX, o liberalismo político foi uma importação problemática desde o princípio, pois dificilmente ele poderia florescer num clima não liberal. As contradições entre o liberalismo político e o econômico fizeram com que os liberais brasileiros da época se apegassem aos aspectos estritamente formais do liberalismo na crença de que boas leis produziriam instituições viáveis que, por sua vez, elevariam a moralidade do sistema. Não se deve perder de vista que enquanto no Brasil a classe dirigente era formada pelo grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe formada por pequenos agricultores e grandes comerciantes urbanos era hegemônica. Como bem observa Celso Furtado (2003, p.107), “nada mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu”. Ao passo

que Hamilton se transformava em ícone do processo de industrialização promovido pela ação estatal, Cairu pregava a “mão invisível” do livre comércio no Brasil.

A herança maldita da escravidão, legado de insensibilidade e descompromisso frente às desigualdades e às injustiças sociais, está ainda bastante presente nas atitudes de um expressivo número de brasileiros. Portanto, superá-la é um imperativo democrático.

Desenvolvimento regional e integração nacional

As temáticas do desenvolvimento regional e da integração nacional não escaparam ao trabalho clássico do Mestre Celso Furtado. “Um processo de integração”, afirma Furtado (2003, p.249), “teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional”. A reorganização do espaço econômico regional, integrando-o nacionalmente, identificando e incentivando o uso de suas potencialidades passaria do campo teórico para a ação do governo Juscelino Kubitschek a partir de 1959 com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A SUDENE, criada pela Lei n.º 3.692 de 15 de dezembro de 1959, foi o resultado da seca de 1958 que aumentou o desemprego rural e o êxodo da população. As denúncias que revelaram a “indústria das secas”. O controle das ações locais por parte da classe latifundiária reforçava os efeitos da seca.

As oposições ao governo JK haviam vencido as eleições para governadores na Bahia e em Pernambuco. As tensões sociais se agravavam com a emergência das Ligas Camponesas sob a liderança de Francisco Julião. Um clima de alarme se instalara e a cúpula militar chegou a pensar em intervenção. Numa manobra habilidosa, o Presidente Bossa-Nova assumiu a iniciativa política, convocando os governadores e outras lideranças para elaborar um plano de desenvolvimento regional. O Nordeste passaria a ter uma prioridade similar a

da construção de Brasília. Kubitschek dispôs-se a implementar uma política de desenvolvimento para o Nordeste e assim nasceu a SUDENE.

Ligada diretamente à Presidência da República, a direção da SUDENE coube a Celso Furtado que foi o responsável pela estratégia de atuação do órgão. O diagnóstico de Furtado previa a urgência em atacar o “Calcanhar de Aquiles” do Nordeste: a produção de alimentos. A ação do governo deveria privilegiar a produção de alimentos, tanto no semi-árido como nas terras úmidas litorâneas, monopolizadas historicamente pela cana-de-açúcar, criando as bases para uma industrialização que absorveria a mão-de-obra subempregada da região. Era também preciso estancar a transferência de recursos financeiros do Nordeste, feita pelo sistema bancário que de lá os drenava. Ao auferir essa transferência, Furtado demonstrou que os nordestinos haviam financiado o Centro-Sul da Nação. A solução para atenuar tal problema era uma política de investimentos ambiciosa para a região. Pela primeira vez, pensou-se o Nordeste como um todo, sem perder de vista esta região integral do Brasil. Segundo Furtado (1989, p.44), “nenhum problema era tão grave como o das crescentes disparidades regionais de condições de vida”.

A partir de 1964, a SUDENE sofreu deturpações no seu projeto original, tendo Celso Furtado seus direitos caçados e sido transformado em intelectual suspeito pelo regime que então se instalara. A lição atual que fica, no entanto, é que caso as políticas de desenvolvimento regional sejam negligenciadas, corre-se o risco de se ficar restrito a um esforço enorme de “combate à inflação”, provocando um brutal custo social, em que o projeto nacional se apequena perante as demandas de políticas monetária e fiscal contracionistas.

Conclusão

As reflexões levantadas não pretendem abranger a complexidade do pensamento desenvolvimentista de Celso Furtado, mas dizer que a economia é um instrumento da

política e deve, portanto, estar submetida a um projeto nacional. No entanto, realizar democraticamente mudanças em uma sociedade como a brasileira não é tarefa simples. Neste aspecto, nada mais atual do que o conselho de Maquiavel (1999, p.57):

Devemos levar em conta que nada há de mais difícil, nem de sucesso mais duvidoso, nem mais arriscado, do que estabelecer novas leis. O novo legislador terá todos os beneficiados pela antiga legislação por inimigos, e contará com tímidos defensores entre os beneficiados pelas novas leis. Essa fraqueza vem, em parte, do temor dos adversários, e em parte da descrença dos homens, que só crêem na verdade das coisas novas depois de uma firme experiência.

Nos países periféricos, é fato de que as estruturas hegemônicas têm peso significativo na vida local. O fato dos EUA controlarem as redes de informação, o comércio pela manipulação do padrão dólar-flexível e a (in)segurança global pela força das armas, faz com que seus interesses pressionem as nações da periferia do sistema economia-mundo. Um projeto de desenvolvimento socioeconômico auto-sustentado e equitativo, portanto, é mais que um plano de luta, ainda que seja preciso resistir às pressões, é necessário submeter as estruturas hegemônicas internalizadas no País a uma política democrática de desenvolvimento nacional. Vontade política e concepção estratégica são elementos vitais para um projeto nacional, pois países como o Brasil não podem depositar suas esperanças de vir a ser uma sociedade com iniquidades sociais atenuadas e níveis mínimos de vida digna universalizados, a partir dos resultados de uma inserção passiva no mundo.

Segundo Joaquim Nabuco (2001, p.79), “no teatro do mundo, os espectadores são as nações sem história”. Para que a Nação articule um projeto nacional de inserção substantiva no mundo, o pensamento crítico de Celso Furtado apresenta-se ainda como uma base de propostas de desenvolvimento coerente, estruturada e, acima de tudo, alinhada com as necessidades sociais brasileiras.

Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FIORI, José L. Sistema mundial: império e pauperização - para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José L. (org.) Polarização mundial e crescimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. p.39-75.
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. Formação econômica do Brasil. 32.ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: Os pensadores: Maquiavel. São Paulo: Nova Cultura, 1999. p.34-157.
- MORSE, Richard. O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- NABUCO, Joaquim. Pensamentos soltos. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 2001.
- SANTOS, Theotônio dos. A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- UNCTAD. Trade and Development Report. New York, Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 1997.
- _____. Trade and Development Report. New York, Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2003.